

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2012

Altera o inciso VI do art. 93 da Constituição Federal, para prever a prorrogação da idade de aposentadoria dos presidentes de tribunais para até o dia em que se findar o respectivo mandato.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O inciso VI do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 93 .....**

.....

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, ressalvados os casos de presidentes de tribunais, hipótese em que a idade para aposentadoria prorrogar-se-á, uma única vez, até o dia em que se findar o respectivo mandato.

..... “(NR)

**Art. 2º** Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição busca introduzir uma ressalva à regra da aposentadoria compulsória de magistrados aos 70 anos de idade, para prever a prorrogação da idade de aposentadoria dos presidentes de tribunais, para até o dia em que se findar o respectivo mandato.

O inciso VI do art. 93 da Constituição Federal estabelece que a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40. Ela é equiparada, portanto, à aposentadoria dos servidores

titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, inclusive quanto à idade limite de 70 anos para a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (art. 40, § 1º, II).

Ocorre que o cargo de presidente de um tribunal é por demais diferenciado quanto a suas atribuições, sejam elas judicantes ou administrativas. Não é oportuno nem conveniente que a gestão do presidente de um tribunal seja interrompida pelo advento da idade da aposentadoria compulsória. A perspectiva de um mandato encerrado antes de seu prazo regular dificulta, sobremaneira, a implementação de planos de médio e longo prazo. Basta lembrar que, geralmente, os presidentes dos tribunais encabeçam o trabalho do órgão para a modernização, o ganho de eficiência e de transparência no Judiciário. Em muitos casos, inclusive, coordenam ações e programas de ampliação do acesso à Justiça, de melhoria dos sistemas de atendimento à infância e à juventude, do sistema carcerário, entre outras que beneficiam diretamente a população.

Nenhum prejuízo à jurisdição e à administração advirá com a aposentadoria do presidente apenas ao final de sua gestão, caso ele complete 70 anos antes do fim do seu mandato. Pelo contrário, o que vislumbramos são maiores benefícios não apenas para o Judiciário, como também para o jurisdicionado. Atualmente, não se fala mais na perda de capacidade laboral aos 70 anos, especialmente quando se trata de um trabalho eminentemente intelectual. O avanço e a ampliação do acesso aos recursos de saúde conformam uma nova realidade para o ambiente de trabalho. São inúmeros os exemplos de profissionais que, nessa idade, apresentam notável vitalidade e disposição para se manterem em atividade.

Pelas razões expostas, contamos com a contribuição dos ilustres membros do Congresso Nacional para debater a matéria e elaborar os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários para a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

<b>1.</b>	<b>ANTONIO CARLOS VALADARES</b>
<b>2.</b>	

3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	

24.	
25.	
26.	
27.	